



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1596 / x ( 3ª)

Expeça-se

Publique-se

02/07/2008

O Secretário da Mesa

Assunto: **Situação e continuidade das Unidades de Acompanhamento e Coordenação / URBCOM**

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

Exm.ª Sr. Presidente da Assembleia da República

A Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC) do Alto Cávado dirigiu-se ao Grupo Parlamentar do PCP expondo as suas profundas preocupações pela continuidade e sustentabilidade dos projectos UAC aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos e Projectos de Urbanização Comercial (URBCOM), dando conta da carta que, sobre o assunto, dirigiram ao primeiro-ministro.

Os problemas são suficientemente conhecidos do Governo, nomeadamente do Ministério que tutela o Programa URBCOM.

Permito-me transcrever, da exposição da UAC do Alto Cávado, o seguinte:

«Foi sempre prometido pelo Governo e pelos Parceiros Institucionais envolvidos – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Direcção-Geral das Actividades Económicas e Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – que:

- estes projectos eram considerados vitais para a revitalização do tecido comercial instalado nos centros das vilas e cidades candidatas;
- existia a consciência que para consolidar e garantir a sustentabilidade destes projectos seria necessário um prazo superior à duração do apoio concedido no âmbito do PRIME;

À  
Para preparar o expediente  
03 JUL 2008  
O Chefe de Divisão



- seria encontrada no âmbito do QREN uma fórmula de continuidade após o encerramento do PRIME, que permitisse a consolidação destes projectos, com o financiamento a custos de estrutura e investimento de promoção por um período nunca inferior a 4 anos.

No caso da UAC Alto Cávado, nestes 18 meses de actividade levamos a cabo uma série de acções em prol da nossa área de intervenção que julgamos comprovarem a importância da existência desta unidade e que, em nosso entendimento, legitimam plenamente a aposta do Ministério da Economia e da Inovação no incentivo à criação das UACs.

Envolvemos mais de 400 empresas durante este período, contribuindo desta forma para uma mais efectiva gestão integrada das actividades de promoção e animação comercial dos centros urbanos dos municípios de Amares, Terras de Bouro e Vila Verde, desenvolvendo sempre a nossa estratégia em articulação com os nossos membros fundadores e com os outros sectores locais, por forma a tornar estas áreas mais competitivas e adaptadas às expectativas dos seus agentes e utilizadores.

Verificamos, no entanto, com muita preocupação que a menos de 30 dias do encerramento do projecto financiado pelo PRIME, a continuidade deste e doutros bons projectos que surgiram não está devidamente acautelada no âmbito do QREN, procurando-se “empurrar” o projecto para os PO Regionais, colocando as candidaturas das UACs em concorrência directa com projectos de natureza diversa e obrigando a que formalmente o seu promotor sejam as Câmaras Municipais.

Face ao acima exposto, questionamos Vossa Excelência:

- a. **Foram enganados os 49 quadros altamente qualificados** (na sua esmagadora maioria licenciados) que aceitaram este desafio e, abandonando as suas anteriores carreiras profissionais abraçaram este projecto em regime de exclusividade, que durante cerca de 18 meses frequentaram formação específica que os habilitasse com as competências necessárias para uma boa execução destes projectos?
- b. **Foram enganados os 75 municípios e associações empresariais** que respondendo à vontade deste governo se uniram e criaram 55 UACs?
- c. **Foram enganados os empresários do comércio** que, apoiando-se neste projecto, acreditaram e se uniram na construção de acções de parceria para promoverem e desenvolverem o Comércio tradicional e dessa forma tentarem ser mais competitivos?
- d. **Foram enganados os cerca de 50 assistentes administrativos** recrutados para apoiar a execução destes projectos?



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- e. **Será que o montante de 14 Milhões de euros a investir pelas UACs** (Parcerias entre as 75 Câmaras Municipais e as respectivas Associações Comerciais e Empresariais), **foi realmente investimento?**
- f. **Irá o Estado Português desperdiçar o investimento** de 6 Milhões de Euros de incentivos aprovados pelo PRIME e 350 000 Euros de Investimento em Formação de Gestores de Centro Urbano, financiados pelo FSE?»

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro da Economia e Inovação me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. A resposta do Ministério da Economia às interrogações que a UAC do Alto Cávado colocou ao primeiro-ministro.
2. Qual o balanço que o Governo faz ao desenvolvimento dos projectos das 55 UAC criadas?
3. Como vai o Governo assegurar a continuidade do apoio aos projectos das UAC criadas? Quais são, de facto, os Programas do QREN que vão enquadrar essa continuidade? Quando poderão estar aprovados os projectos que asseguram essa continuidade?
4. Porque razão, estando o problema levantado junto dos responsáveis pelos projectos – a UAC do Alto Cávado fala em mais de 8 meses «junto da Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, quer junto das entidades coordenadoras do projecto» – não tenha havido, até ao limite da «elegibilidade das despesas no âmbito do PRIME», nenhuma informação e esclarecimento dos órgãos da tutela aos promotores do projecto?

Palácio de S. Bento, 2 de Julho de 2008

Deputado

Agostinho Lopes